

QUALIFICAÇÃO DE OS

“Tenho uma opinião contrária referente a toda essa situação”, se manifesta Eduardo Sanches

Tramita na Câmara o PL que trata da qualificação de OS na saúde

REDAÇÃO DS / Serra FM

Na última sessão da Câmara de Vereadores, entre os projetos propostos, começou a tramitar o PL 080/22, do Executivo Municipal, onde dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais (OS) na área da saúde, no âmbito do poder executivo municipal, onde disciplina o procedimento de chamamento público e contrato de gestão e da outras providências.

Na prática, a Câmara fará toda discussão para que o Município possa utilizar as chamadas organizações sociais para gerir áreas da saúde, como a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 Horas), Hospital Municipal Arlete Daisy Cichetti de Brito, Centro Cirúrgico, Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) e até mesmo as Unidades de Saúde, caso o Executivo deseje.

Essa chamada qualificação altera a Lei Orgânica Municipal e depois disso o trabalho do Legislativo se limitará a aprovar suplementações de recursos, enquanto que o Executivo pode definir o que será repassado para gestão dessas organizações sociais e



Vereador Eduardo Sanches

“
Em toda a estrutura hospitalar, incluindo UPA, eu sou contrário

fazer o chamamento público.

A secretária Municipal de Saúde, Gicelly Zanatta minimizou o processo quando afirma tratar-se apenas do processo de qualificação. “O projeto de Lei que foi enviado para Câmara é um projeto para

qualificação de organizações sociais na saúde nos setores de atenção especializada, que é a UPA, o hospital como um todo, como centro cirúrgico, quanto UTI. Então, é um projeto para qualificação. Primeiro tem a criação da lei municipal, para depois as empresas interessadas se apresentarem, serem avaliadas (...) para depois, então, fazer outro processo licitatório para a questão de contratação ou não. Então está em trâmite uma lei para qualificação”.

O projeto, que entrou em regime de urgência simples, com uma semana para apreciação, teve a quebra do regime com o

projeto passando para tramitação normal por parte dos vereadores, retomando assim sua votação para daqui 15 dias. O pedido de quebra do regime foi feito pelos vereadores Rogério Silva, Fábio Brito e Eduardo Sanches.

O programa Primeira Hora, da Rádio Serra FM, ouviu nesta segunda-feira, 23, o vereador Eduardo Sanches, contrário ao projeto em sua íntegra. “Uma vez aprovado esse projeto, toda a unidade hospitalar que a gente tem, inclusive UPA, pode ser gerida por uma organização social e aí tem vários contrapontos. (...) Aqui em Tangará temos um corpo técnico clínico muito bom e que consegue realizar a gestão nesse sentido. Então tenho uma opinião contrária referente a toda essa situação, onde penso que neste momento a gente precisa avançar preferencialmente UTI e Centro Cirúrgico, sendo assim eu vislumbro na questão das organizações sociais podendo ser uma saída somente nestes últimos dois casos. Em toda a estrutura hospitalar, incluindo UPA, eu sou contrário a essa questão”, se manifestou o parlamentar que, inclusive, foi buscar informações em outros municípios em que organizações sociais são responsáveis pela saúde.

O projeto será votado em duas discussões, sendo a primeira no dia 31 de maio, próxima terça-feira.

REDUÇÃO EM 17%

Proposta para reduzir ICMS segue o que MT já aplicou em janeiro

Diário de Cuiabá

A proposta do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que visa a reduzir o ICMS de itens essenciais (combustíveis, energia e telecomunicações) nos estados para o máximo de 17%, segue medida já aplicada desde janeiro deste ano pelo governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil).

O projeto deve entrar em votação nesta semana, no Congresso Nacional, e, se aprovado e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), passa a valer para todos os estados.

Porém, em Mato Grosso, essa redução de imposto já é realidade desde o início do ano: as telecomunicações (internet e telefonia) tiveram a alíquota reduzida de 30% para 17%; a energia elétrica de 27% para 17%; o diesel de 17% para 16%; e o gás GLP de 17% para 12%.

Além disso, o etanol já possui alíquota mínima de 12,5% e o gás de cozinha 12%. “Depois que conseguimos retomar o equilíbrio fiscal do Estado e colocar em campo um grande programa de investimentos em todas as áreas, também entendemos que era importante fazer essa redução de impostos”, afirmou Mauro Mendes.

Segundo o governador, já foram mais de 140 itens que tiveram o imposto reduzido ou isentado em Mato Grosso, nos últimos anos.

Férias Inviolável é + paz e tranquilidade



INVIOLÁVEL

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Tangará da Serra - MT | 65 3311.3311

Leia o QR Code e coloque a Inviolável no seu roteiro de verão



invioavel.com